

Francisco Manuel Teixeira Ferraz
Maria João Monteiro Domingues

Notas sobre a peste na cidade do Porto na segunda metade do século XV*

R E S U M O

A cidade do Porto, a exemplo da restante Europa, sofreu várias investidas da peste, sendo possível, através dos relatos contidos nos Livros de Vereação, observar as medidas preventivas levadas a efeito para proteger a cidade da veloz propagação da epidemia nos tempos tardo-medievais. Este estudo sintetiza as medidas tomadas pelos oficiais camarários, na segunda metade do século XV, de forma a fazer face à ameaça pestífera em várias ocasiões problemáticas.

Este estudo baseia-se na análise de várias manifestações de peste, no caso do Porto, na segunda metade do século XV. Assim, procurámos coligir informação sobre os vários surtos de peste e episódios com ela relacionados, que penetraram ou rondaram a cidade, analisando as posições da Vereação Municipal face às ameaças pestíferas e relatando as medidas profiláticas tomadas ao tempo, não só na cidade como no país.

No seguimento de termos procedido à leitura das Actas de Vereação, tendo elaborado um instrumento de acesso à informação contida nestas mesmas actas¹, utilizámos os Livros de Vereação da Câmara Municipal do Porto² para, a partir das sessões camarárias neles relatadas, procurar avaliar o impacto sofrido dos surtos de peste na cidade, durante a segunda metade do século XV. Apesar de constituir um núcleo documental muito importante para se formular uma percepção da vida no burgo medieval portuense, como qualquer outra fonte, não permite responder a todas as questões que o investigador coloca. Assim, uma das dificuldades sentidas foi o facto de não terem chegado até aos dias de hoje registos de sessões camarárias de muitos dos anos da centúria de Quatrocentos.³ Por outro lado, e como veremos, os surtos epidémicos foram uma preocupação de todo o reino, durante o século XV, sendo-o também para a Vereação portuense. Aliás, a resolução de um problema relacionado com um navio que entrou na barra do Douro, vindo de Inglaterra, e que trazia “*ar pestelenciall*”⁴ foi adiada, por não estarem presentes

* Como mostra de gratidão, dedicamos a realização deste trabalho a todos aqueles que o tornaram possível, nomeadamente ao grupo de colegas “Os de Sempre” e à Prof. Paula Pinto Costa que nos incentivou a realizá-lo e nos apoiou e dirigiu sempre incondicionalmente.

¹ No âmbito de um estágio Prodep – Programa de Estágios no Ensino Superior - Medida 3/Ação 3.2.

² AHMP, Livros de Vereação, livros 3, 4, 5 e 6.

³ De forma a ter uma melhor percepção dos manuscritos existentes consultar o quadro cronológico elaborado por João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte. MACHADO, 1985: 22, 23.

⁴ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fl. 63v.

peças suficientes para discutir um caso tão importante, tendo sido acordado que se mandasse chamar, por pregão, gente para vir à Relação para que fosse tomada uma decisão sustentada. Todavia, este facto não nos garante que sempre que a peste rondou a cidade, por terra ou por mar, tal tenha sido objecto de discussão camarária. Prova destas dificuldades é o facto de, os casos que apresentaremos se referirem todos à segunda metade da centúria, sendo dado adquirido que, pelo menos em 1415, um dos anos de que não temos hoje registos nos Livros de Vereação, a peste grassou na cidade.⁵

O Porto era, pelo menos, nos finais da Idade Média, uma cidade de perfil mercantil⁶, o que se pode reflectir na proliferação dos vários surtos de peste. Várias eram as portas da muralha que abriam a cidade ao contacto terrestre com outras localidades limítrofes. Mas as suas relações eram estabelecidas, sobretudo, a partir da zona ribeirinha, isto é, a partir do Douro, que, uns metros à frente, desagua no mar Atlântico, o que justifica que grande parte das portas e postigos da muralha se encontrassem na Ribeira, sobranceiros ao rio, local por onde entravam e saíam as riquezas, e, como veremos, também a peste.⁷

A par das guerras e dos períodos de fome, os surtos epidémicos foram um dos maiores flagelos vividos na Idade Média, de acordo com vários autores⁸, assumindo relevo o pensamento expresso por Yves Renouard: *“Bem mais grave para a humanidade ocidental do que as grandes guerras do século XX.”*⁹ Apesar da importância destes surtos, há uma falta de rigor na utilização do termo “peste”. À primeira vista estamos a falar de peste bubónica, a epidemia que grassou devastadoramente na Europa nos finais da década de 40 do século XIV. Porém, não é totalmente correcto associar aos termos coevos, *“pestellença”* e similares, apenas os surtos de peste bubónica. Tal confusão tem sido objecto de reflexão por parte de vários autores, que concluíram que, dentro do “universo epidémico” denominado por “peste” várias são as epidemias passíveis de lhe serem associadas, como o tifo, a desintéria ou a gripe pneumónica¹⁰. Lamentavelmente, a fonte por nós estudada não permite aferir o tipo de epidemia correspondente a cada surto de peste que atormentou a cidade. Os surtos epidémicos que assolaram o Porto, a exemplo

⁵ LEMOS, 1899: 138.

⁶ SOUSA, 2000: 146.

⁷ GONÇALVES, 1987: 85, 86.

⁸ A. H. de Oliveira Marques, na obra *“Introdução à História da Agricultura em Portugal”*, p. 30, refere que a peste, tal como as guerras, as navegações e as Descobertas, foram uma das causas para a frequência das fomes no Portugal medievo e para o declínio da agricultura nos séculos XV e XVI. Outra referência bibliográfica importante é a obra de Françoise Hildesheimer, *« Fleaux et société de la Grande Peste au Choléra »*, obra em que a autora refere que *“Les epidémies sont, dans l’histoire médicale des peuples, les événements principaux, les accidents les plus remarquables”*. HILDESHEIMER, 1993: 3.

⁹ MARQUES, 1968: 53.

¹⁰ Um exemplo flagrante quanto à confusão que o termo “peste” pode gerar ocorreu durante o cerco de Lisboa, quando, tal como citou Fernão Lopes, na sua *“Crónica de D. João I”*, os castelhanos, devastados pela peste enquanto mantinham cerco à capital, decidiram, por vingança, relativamente ao insucesso das operações militares, colocar prisioneiros portugueses no meio dos soldados castelhanos doentes, de forma que também eles morressem vítimas da epidemia. Reza a história que, para além dos resistentes intra-muros, também estes prisioneiros, colocados maliciosamente no meio dos pestosos, sobreviveram, deixando no ar a ideia que, as tropas castelhanas terão padecido de um surto de tifo e não de peste bubónica, altamente contagiante. ROQUE, 1979: 178.

dos que atravessaram a restante Europa, nos finais da Idade Média, sucederam-se com grande intensidade a partir da Grande Peste dos anos 40, muito embora tenham existido desde tempos anteriores.¹¹ Esta epidemia, vulgarmente conhecida como Peste Negra, entrou na Europa a partir do golfo da Criméia, foi difundida no Mediterrâneo pelos navios genoveses vindos do Levante e atingiu Portugal no ano de 1348¹², à semelhança do que aconteceu com a grande maioria dos reinos europeus. A partir deste grande surto, outros se seguiram regularmente, estendendo-se, praticamente, por todo o século XV, ideia corroborada por Ricardo Jorge, que refere que, no caso do Porto, “no século XIV a peste do levante arremetteu-nos bastas vezes; e mais ateou os seus estragos nos seculos XV e XVI”¹³, com intervalos mais ou menos curtos.¹⁴ No dizer de A. H. de Oliveira Marques, “cada português dos séculos XIV e XV viu duas ou mais epidemias durante a sua vida, e teve, com certeza, parentes e amigos levados por elas.”¹⁵ Apesar da escassez dos números, a regularidade destes surtos, por breves e pouco intensos que fossem, impediu um crescimento contínuo da população portuguesa e europeia.

O próprio rei D. Duarte foi um dos monarcas que mais atenção prestou a este fenómeno, devido às trágicas consequências que este trouxe ao reino. Aliás, um dos seus legados, permite-nos observar, à luz das teorias coevas, as causas da rápida e avassaladora propagação da epidemia. Na sua obra “Leal Conselheiro”, D. Duarte prescreve alguns conselhos profiláticos a seguir em períodos de peste e sistematizou as causas do seu aparecimento. Neste sentido, as principais causas, apontadas à época, para a difusão da doença, estão relacionadas com a corrupção das águas, com a vontade de Deus, sendo a epidemia, neste caso, uma espécie de castigo divino por causa da vida desregrada e mundana do Homem medieval, e com determinadas condições meteorológicas.¹⁶ No final do século surgiu uma obra em Portugal, baseada em escritos do bispo e pestólogo Kaminto, de meados do século XV, que sistematizava as restantes causas da difusão da peste, e conhecida por “Regimento proveytoso contra ha pestenença”. Nesta obra estão referidas, então, para além das anteriores, a corrupção do ar e a falta de limpeza de fossas, canos, monturos e outros conjuntos de imundícies.¹⁷ Está assim, estabelecido, desde a época, que as condições de higiene e salubridade pública tiveram muita influência na propagação da epidemia. Também a alimentação teve um papel fundamental para que a doença se propagasse mais facilmente, pois esta era muito deficiente, sobretudo em termos

¹¹ Françoise Hildesheimer refere que os surtos de peste grassaram já na Antiguidade Clássica e na Alta Idade Média, tendo se difundido com regularidade a partir do século VIII. HILDESHEIMER, 1993: 8. Para o caso português, A. H. de Oliveira Marques refere que há notícias de peste desde o século XII. MARQUES, 1974: 93.

¹² MARQUES, 1987: 20.

¹³ JORGE, 1899: 99.

¹⁴ No caso francês, J. Ruffié e J. C. Sournia defendem, por exemplo, que “Dès 1356, des villes françaises furent à nouveau contaminées, et jusqu’en 1670 il n’y eut pas une année durant laquelle plusieurs villes du royaume ne souffrirent de la maladie”. RUFFIÉ, 1993: 107. Estes surtos imediatamente surgidos à Peste Negra de 1348, ocorreram em média, no entender de Françoise Hildesheimer, de 12 em 12 anos. HILDESHEIMER, 1993: 14.

¹⁵ MARQUES, 1974: 93.

¹⁶ ROQUE, 1979: 145, 146.

¹⁷ ROQUE, 1979: 49, 53.

vitamínicos, facto que se traduzia numa fraca resistência às infecções.¹⁸ Os vários períodos de fome agravaram ainda mais esta situação. Por outro lado, a epidemia propagava-se, também, mais facilmente em tempo de guerra, fosse por causa da quantidade enorme de cadáveres resultantes do conflito militar, pelo facto de os exércitos serem veículos transmissores, ou ainda pela dificuldade acrescida em serem implementadas medidas de prevenção.¹⁹ Contudo, os surtos de peste não surgiam, obrigatoriamente, como consequência da fome e da guerra, ideia sintetizada por Virgínia Rau: “*Ardilosamente ligada ou associada à fome e à guerra, umas vezes precedendo, outras seguindo as duas espantosas companheiras, algumas vezes, porém, a peste apareceu como espantalho solitário e brutal*”.²⁰

Depois de traçado este panorama geral sobre a peste na Europa e em Portugal, é interessante analisar as informações que estão nos livros de Vereação relacionadas com esta matéria.

Ricardo Jorge referiu-se aos surtos de peste no Porto como um “*açoute cruelissimo (...) o feixe supremo de todas as calamidades*”.²¹ Este pensamento parece definir o panorama vivido na cidade na segunda metade do século XV, sobretudo, como veremos, desde finais da década de 70 até ao final da centúria, apesar de as actas de Vereação só permitirem saber que o burgo, delimitado pela muralha fernandina, apenas coexistiu com a epidemia em duas ocasiões. Como veremos, várias vezes a peste ameaçou a cidade, mas os livros de Vereação apenas se referem a ela, em duas ocasiões, como já tendo propagado intramuros. Com efeito, o caso mais grave ocorreu no Verão de 1481.²² O facto de a cidade estar “*trabalhada e enferma destes aares corrutos*”²³ obrigou a que a habitual eleição do corpo de oficiais camarários, que acontecia a 24 de Junho, dia de S. João, fosse adiada. Tal situação motivou a saída da cidade de grande parte dos cidadãos, factor que obstou também à normal realização da eleição camarária.²⁴ O documento em análise contém o acto eleitoral, que, se realizou a 5 de Julho, em Azurara, termo da cidade,²⁵ para o qual foram convocados muitos daqueles que estavam ausentes. Numa sessão dirigida por um oficial do desembargo régio, Fernão de Figueiredo, e pelo corregedor da comarca de Entre Douro-e-Minho, Gonçalo Camelo, procedeu-se à eleição do corpo de oficiais camarários, que, excepcionalmente, foi eleito por um período de 3 anos, de forma que a cidade fosse provida de justiça. Para além da dificuldade em se realizar a eleição camarária, a ocupação efectiva dos cargos constituiu um problema, pois os que estavam fora continuavam renitentes em voltar, como foi o caso do tesoureiro²⁶ e do

¹⁸ MARQUES, 1974: 7.

¹⁹ HILDESHEIMER, 1993: 80.

²⁰ RAU, 1986: 159.

²¹ JORGE, 1899: 99.

²² AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 161-164v; 169v-170; 170v-172.

²³ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fl. 161v.

²⁴ A principal reacção das populações às epidemias era a fuga. Das cidades fugiam aqueles que tivessem possibilidades para tal, contando-se entre eles os mais poderosos. No caso de França, Françoise Hildesheimer cita o caso de três cidades que viveram uma situação similar à do Porto, aquando da fuga dos seus oficiais: Grenoble (1410), Paris (1418) e Dijon (1457). HILDESHEIMER, 1993: 50.

²⁵ Este local é actualmente sede de freguesia do concelho de Vila do Conde.

²⁶ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 169v-170.

escrivão.²⁷ Estes oficiais apresentaram à Vereação um requerimento a pedir a sua substituição, por estarem ausentes da cidade por causa da epidemia. Ainda outro dado é-nos dado a conhecer, reforçando a ideia de que a cidade viveu momentos delicados por esta altura. De facto, a 10 de Setembro, o procurador da cidade, João Gomes Riconado, comunicou à Vereação portuense que era necessário realizar as exéquias de D. Afonso V, cerimónia que não pode ser efectuada na devida altura por causa da peste.²⁸ Assim como tinha ocorrido por ocasião da eleição acima analisada, também neste caso o aglomerado urbano estava bastante afectado “*pollo bispo aqui nom seer nem a moor parte de seu collegio e isso meesmo a moor parte dos cavalleiros e cidadaaos que daqui som ausentes por causa da pestellença*”.²⁹ Como é sabido, as exéquias de um rei eram realizadas por todas as cidades do país por ocasião do seu falecimento, e a agravar a situação do Porto, pesava o facto de Lisboa, Santarém, Coimbra e a maior parte do reino já terem procedido a tal cerimónia. Mas as ausências referidas atrasaram o cumprimento deste protocolo.

Passado este período em que a epidemia grassou na cidade, a sua aparição intramuros apenas se sucederia 5 anos mais tarde, em inícios de 1486. Em sessão camarária de 14 de Janeiro deste ano, o procurador, João de França, referiu que “*avya certos dyas que na rua do Olyvall começaram de morrer de pestellença*”³⁰, referindo ainda que a cidade já tinha mandado anteriormente proceder ao entaipamento da rua, facto que, curiosamente, levou a que esta artéria tenha hoje o nome de Rua das Taipas. Este procedimento proliferou nos finais da Idade Média nas cidades europeias infectadas pela peste, constituindo-se uma das principais medidas profilácticas tomadas pelas administrações municipais. Apesar de dificultar o avanço da doença, verificaram-se novas mortes abaixo do dito taipamento, revelando a debilidade de muitas destas medidas face à propagação da epidemia. Apesar de limítrofe, esta rua podia funcionar como rampa de lançamento da epidemia para o resto da cidade, factor que preocupou a administração municipal, ciente da rapidez devastadora do contágio.

Apesar de só estes casos se referirem directamente à peste presente no interior da cidade, os restantes exemplos por nós analisados não deixaram de ser motivo de grande preocupação para juízes, vereadores e procuradores da edilidade. Apesar de apenas a doença ter rondado a cidade, estes elementos sabiam dos efeitos devastadores que a peste podia produzir, até porque, já no século XIV a cidade viu perder grande parte dos seus efectivos à custa da crise, de que a peste foi uma das faces mais mortíferas.³¹ De todos, os que mais preocuparam a cidade, foram os surtos que envolviam a zona ribeirinha, que era porta de entrada de riquezas e de peste. Aliás, através da análise dos diferentes casos que assolaram o Porto no período em estudo, é possível referir que as medidas preventivas assumidas pela Vereação revelaram grande minúcia e cuidado, quando entravam na barra

²⁷ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 162v.

²⁸ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 170v-172.

²⁹ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 171.

³⁰ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 26v.

³¹ MARQUES, 1968: 53.

do Douro barcos suspeitos de transportarem a epidemia. E vários foram os casos em que tal sucedeu.

O primeiro deles ocorreu no verão de 1460, quando à Vereação portuense chegou a notícia de que na barra do Douro havia entrado uma caravela, onde tinha morrido parte da tripulação vítima de peste.³² Mal souberam da novidade, a 22 de Agosto³³, os oficiais ordenaram que a caravela, chefiada por Estêvão Domingues, fundeasse em Santa Catarina³⁴, um dos locais escolhidos pela administração municipal para a ancoragem de barcos nessas ocasiões. Os seus tripulantes estavam proibidos de abandonar a embarcação, não podendo entrar na cidade por um período de 15 dias, estando previstas penas para os incumpridores. Porém, o assunto voltou a ser discutido 3 dias depois em Vereação³⁵, pois o mestre da caravela não conseguiu levá-la para o local determinado, por causa da recusa da tripulação em cumprir a resolução camarária. Seguiu-se uma sucessão de penas aplicadas: ao mestre, que, em desespero de causa, proferiu palavras desonestas contra os oficiais; aos tripulantes da caravela; e ainda a outros pilotos, nomeadamente, Gabriel Gonçalves, que tinham sido solicitados pela Vereação para levar a caravela para Santa Catarina, mas tinham recusado. Os oficiais camarários acabaram por rever as suas posições, manifestando piedade pelos condenados, tendo o alcaide penhorado os seus bens, para garantir o pagamento das penas.

Cerca de um quarto de século mais tarde, a 30 de Agosto de 1486, a cidade é outra vez ameaçada pela chegada de um barinel, proveniente de Tanaby, Inglaterra³⁶, navio comandado por João Bentes e que trazia "*ar pestelencial*".³⁷ De forma a proteger a urbe do surto epidémico, que tinha matado o dito João Bentes e mais três ou quatro tripulantes, os oficiais decidiram que o navio permanecesse fora da barra, até nova decisão, estando a tripulação proibida de abandonar a embarcação. Imediatamente os juízes e vereadores estabeleceram que os tripulantes que não cumprissem tais desígnios seriam presos e obrigados a pagar uma multa pecuniária, assim como os que os acolhessem seriam expulsos de suas casas e da cidade pelo período de um ano, não sem antes pagarem uma pesada multa.³⁸ Por estas medidas se pode observar a extrema preocupação que estes casos constituíam para a Vereação do burgo. A 2 de Setembro o caso foi novamente discutido, até porque, como já vimos, não estava presente na sessão anterior gente suficiente no Paço da Relação para resolver um assunto tão importante.³⁹ Os oficiais, depois de ouvirem os presentes, decidiram que o barinel entrasse na barra e fundeasse no Cabelo⁴⁰, outro dos locais de isolamento de embarcações, "*e ally se tirasse toda a roupa que em elle vem asy*

³² AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 3, fls. 234v-237.

³³ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 3, fls. 234v-235v.

³⁴ Local correspondente à actual zona de Massarelos.

³⁵ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 3, fls. 236-237.

³⁶ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 63-64; 64v-67; 89v.

³⁷ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 63v.

³⁸ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 63-64.

³⁹ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 64v-67.

⁴⁰ Local situado nas margens do Douro, do lado de Gaia.

de mercaderia como de roupa da gente que em elle vem e se ponha todo no dito Cabedello e se asoelhe⁴¹ e este hy viinte e quatro dyas por se escusarem os inconvenientes que se já de semelhante caso seguirom⁴². Apesar de mais perto da cidade, a tripulação tinha de se manter na embarcação, sendo guardada e notificada por João Ledo, incumbido pela Vereação de cumprir tal missão. As penas mantinham-se, mesmo para João Ledo, no caso de incumprimento das ordens. Este isolamento forçado terminou apenas em Dezembro, quando os oficiais concluíram que a tripulação estava sã.⁴³ Todavia, e como forma de certificação, juízes e vereadores decidiram, na sessão de 9 de Dezembro, que a embarcação e a tripulação cumprissem mais 8 dias de degredo, podendo, após esse período, finalmente, partir. Caso ímpar, pelo tempo de isolamento decretado pela Vereação, mostra como os conhecimentos profilácticos a este nível eram ainda reduzidos, sendo todos os cuidados, poucos.

O último caso analisado de uma ameaça de peste trazida por uma embarcação que se acercou à cidade, data de 4 de Agosto de 1487, quando, em Vereação, os oficiais levantaram a questão de uma nau que, vinda de Londres, cidade acometida de peste, tinha entrado no dia anterior na barra do Douro.⁴⁴ A exemplo do sucedido uns meses antes com o barinel vindo de Tanaby, a nau foi obrigada a fundear no Cabedelo, tendo sido a tripulação impedida de abandonar a zona, sendo assegurados os seus mantimentos. O mestre, João Pais, o Velho, é que não se livrou de uma pena, por ter entrado na barra do Douro sem conhecimento dos oficiais.

Outras ocasiões houve em que a peste rondou a cidade não a tendo, porém, atingido. Em função de notícias chegadas à cidade, os oficiais optaram por pôr em marcha medidas preventivas que evitassem a sua propagação intramuros. Foi o caso ocorrido em Agosto de 1479, quando, no dia 14, chegou à cidade a notícia que se morria de peste em Coimbra.⁴⁵ Alarmados, os oficiais decidiram montar um cordão sanitário de modo a proteger o Porto e Vila Nova do surto epidémico. Assim, foi decidido que todos os moradores e vizinhos da cidade guardassem, rotativamente, as portas e postigos da muralha, a barca que ligava a cidade a Vila Nova, na outra margem, e ainda a barra de Gaia, o que permite antever que, de uma maneira geral, a população do Porto estava habituada a estas manifestações sazonais. Este cordão servia para filtrar a entrada de forasteiros que, prestando juramento aos Santos Evangelhos em como não vinham de Coimbra ou de outros lugares afectados, veriam a entrada na cidade franqueada. Pelo contrário, todos os que viessem desses locais seriam impedidos de entrar e forçados a

⁴¹ Esta decisão camarária prova que já se praticava entre nós a “serena”, “que é termo provençal que quer dizer purificação por exposição ao ar. A sereine sur fer era o arejamento das mercadorias feito no próprio barco ancorado longe do porto”, ROQUE, 1979: 188. O arejamento das roupas era medida essencial no combate ao contágio, pois estas eram perigosos veículos transportadores da peste, pois abrigavam as pulgas pestíferas.

⁴² AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 65.

⁴³ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 89v.

⁴⁴ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 145-146v.

⁴⁵ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 90-91.

retirar-se para longe, de modo a evitar o contágio⁴⁶, sendo previstas penas para os incumpridores. Situação similar ocorreu em Dezembro de 1484, quando, na sessão camarária do dia 23, os oficiais decidiram defender a cidade da peste que grassava em Aveiro e Barcelos.⁴⁷ Do mesmo modo, foi montado um cordão sanitário, em que os moradores guardariam, rotativamente, as portas da cidade, verificando-se o encerramento dos postigos e das portas “*que vissem que mais escusadas sam*”.⁴⁸ Entre estas duas situações, o Porto teve ainda conhecimento de peste nas suas áreas limítrofes, nomeadamente em Arrifana e Azurara, em Julho de 1481.⁴⁹ Neste sentido, no dia 18 foi discutida a situação dos judeus que, vindos destes lugares, vieram à cidade enterrar os seus familiares mortos, no cemitério judaico. Quando os oficiais souberam da sua presença, decidiram expulsá-los, por virem de locais infectados, recusando uma petição, em que os judeus asseguravam a sua sanidade, pedindo que os deixassem entrar na cidade. De modo a reforçar esta decisão, definiram que “*nenhua pessoa de qualquer estado e condiçom que seja e asy a judeos e mouros que daqui sejam partidos por causa da dicta pestelença que nom sejam consentudos em a dicta cidade*”⁵⁰, a exemplo do que se fazia em Lisboa. Para além de estabelecerem penas, decidiram ainda escrever ao rei, pedindo-lhe que confirmasse esta posição, de forma a cidade “*nom seer enpoçoentada pellos que de fora vierem*”.⁵¹

A guarda da cidade foi também reforçada em ocasiões em que a peste, tal como nos casos anteriores, rondou a cidade, não havendo, no entanto, indicação quanto ao seu local de origem. Mesmo assim, estes episódios foram igualmente preocupantes para os governantes da cidade que, tal como em casos anteriores, decidiram reforçar a guarda das entradas do burgo, prevenindo a propagação da epidemia. Com algum pavor se terá vivido na cidade em Abril de 1488, dado que os oficiais, na sessão do dia 23, “*vieram a falar como era ainda muito neçecareo se tornar a gardar a cidade do ar pestenenceall*”⁵², determinando que, mais do que nunca, as pessoas que estavam incumbidas de a guardar, o fizessem com a maior das responsabilidades.⁵³ A guarda das portas da cidade foi, como já vimos várias vezes, a principal medida preventiva tomada pelos oficiais camarários, funcionando estes cordões sanitários como tampões à entrada da peste. Com o aproximar do final do século, a esta medida foi acrescentada a nomeação de um guarda-mor, que superintendia a vigilância das portas e postigos da muralha e aplicava as penas aos infractores. Tal situação parece ocorrer, pela primeira vez, em 1487, quando a 1 de Agosto, Rodrigo Afonso, foi nomeado para o cargo, numa altura em que houve necessidade de

⁴⁶ Já no início do século a cidade se tinha precavido face à entrada de pessoas contaminadas. Em sessão camarária de 17 de Setembro de 1401, os oficiais decidiram não permitir a entrada dos “lázarus” na cidade, estando esta expressão coeva relacionada com pessoas infectadas com doenças contagiosas, não sendo possível apurar se seriam pestosos. AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 2, fl. 19v.

⁴⁷ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 252-253.

⁴⁸ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 252v.

⁴⁹ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 164v-166.

⁵⁰ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 165.

⁵¹ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 165.

⁵² AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 178.

⁵³ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 177-178v.

proteger a cidade das pessoas que vinham de lugares onde se morria de peste.⁵⁴ Este mercador do Porto cumpriu tão bem a missão, que foi reconduzido nestas tarefas no final do ano seguinte, em sessão de 24 de Outubro de 1488, por causa da peste que grassava em Guimarães.⁵⁵ Esta nomeação aumentou um diferendo com o corregedor, que o tinha degredado para fora da cidade, mas mesmo assim, Rodrigo Afonso foi confirmado no cargo, sendo-lhe definido um salário anual.⁵⁶ O único caso referente à década de 90, refere-se também à nomeação, não de um, mas de dois guardas-mor da cidade, no caso João Vaz Ferraz e Pedro Gomes⁵⁷, com competências similares às de Rodrigo Afonso.

Para além destas medidas preventivas assumidas pela Vereação municipal portuense na 2ª metade do século XV, outras foram tomadas tendo em vista a protecção do aglomerado urbano. Marcas indeléveis da passagem frequente da peste pelo burgo foram as discussões em torno da criação de um local onde pudessem ser isolados e tratados os portuenses vítimas da epidemia.⁵⁸ Entre 1486 e 1488, a Vereação aventou esta possibilidade, tendo em vista dois locais distintos, não nos sendo possível aferir da efectividade do seu funcionamento.⁵⁹ Aquando do entaipamento da Rua do Olival, o procurador da cidade, João de França, sugeriu, pela primeira vez, a utilização de um espaço para albergar e curar os doentes que adoecessem de peste.⁶⁰ Esse espaço seria a Torre de Pedro do Sem, onde estaria um corpo médico, permanente, que prestaria os cuidados necessários. Assim, neste espaço limítrofe à cidade⁶¹, um físico, um sangrador e duas mulheres curariam os doentes enviados para fora da muralha. O facto de a Vereação não poder suprir tal despesa levou a que se sugerisse que este corpo médico fosse pago por um rol de beneméritos da cidade, que a apoiariam nesta iniciativa. Porém, os registos camarários dão-nos a entender que a ideia não foi concretizada, já que no ano seguinte, a 28 de Novembro de 1487, este caso voltou a ser discutido em Vereação⁶², sendo referida apenas a presença de uma mulher que tratasse dos doentes, factor que revela a insipiência de muitas destas medidas.⁶³ Contudo, esta acta contém determinações rigorosas aplicáveis a quem fosse atacado pela epidemia, que seria imediatamente enviado para a Torre de

⁵⁴ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 144-144v.

⁵⁵ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 6, fls. 19-20v.

⁵⁶ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 6, fls. 19-20v; 29-33.

⁵⁷ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 6, fls. 77v-78v.

⁵⁸ ROQUE, 1979: 144.

⁵⁹ Mário da Costa Roque defende que “A instituição e o rápido estabelecimento destes e de outros hospitais similares tinham carácter meramente provisório e o seu funcionamento ficava limitado ao tempo de duração dos mais vultosos rebates de peste”. ROQUE, 1979: 185.

⁶⁰ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 26-27.

⁶¹ A Torre de Pedro do Sem foi construída perto dos Jardins do Palácio de Cristal.

⁶² AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 161-162v.

⁶³ Os médicos existiam em reduzidas quantidades nos finais da Idade Média, não sendo a sua contratação fácil. Tanto mais que tinham tanto medo da doença como os restantes humanos, sendo, por vezes, os primeiros a fugirem. Aliás, já Raymond Chalmelli de Vivario referia no século XIV, “*personne n'est d'une folie assez aveugle pour s'inquieter du salut des autres avant le sien, surtout dans une maladie où la contagion est si rapide*”. ROQUE, 1979: 227.

Pedro do Sem, sendo a sua casa encerrada⁶⁴ e os seus moradores expulsos da cidade. Estas medidas estendiam-se às casas contíguas, que seriam também isoladas, podendo, no entanto, os seus moradores permanecer na cidade. Logo no ano seguinte, a Vereação toma a decisão de instituir um hospital que albergue os doentes de peste. Em sessão camarária⁶⁵, os oficiais decidiram instalá-lo no outro lado do rio, na banda de Gaia, no lugar de S. Nicolainho⁶⁶, local que teria duas camas à disposição dos doentes.⁶⁷ Este hospital ficava a cargo de Pedro Vasques e sua mulher, que tinham a incumbência de para lá levar os pestosos para serem curados, com a ajuda de uma barca que, ligando as duas margens, seria utilizada exclusivamente para o transporte dos doentes e de físicos e sangradores.

Para além da criação destes albergues, outras medidas profilácticas de combate à peste foram promulgadas pela administração municipal. A exemplo do que ocorria na restante Europa, juízes e vereadores procuraram fomentar a higiene da cidade⁶⁸, impedindo o acumular de lixeiras, esterqueiras e estrumeiras, considerados focos de propagação da peste.⁶⁹ Tal procedimento foi logo levado a efeito no início do século, por iniciativa do corregedor da comarca, que enviou um regimento à cidade, onde, entre outras coisas, ordenava a remoção de esterqueiras no espaço urbano, ciente do seu impacto negativo para a saúde pública.⁷⁰ Medida similar foi tomada a 9 de Janeiro de 1482, quando os administradores foram informados que os presos eram trazidos fora da cadeia, à rua, para fazerem as suas necessidades fisiológicas, constituindo tal acto outro grave atentado à saúde pública.⁷¹

Analisados os casos de peste que afectaram a cidade no período em estudo, podemos concluir que, apesar de não constituir uma novidade, este fenómeno afectou a cidade, sobretudo, no último quartel do século XV. Tal facto levou a que as autoridades concelhias

⁶⁴ O Homem medieval rapidamente se apercebeu que era melhor abrir as portas e as janelas das casas infestadas, de forma a ventilar convenientemente. ROQUE, 1979: 179.

⁶⁵ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 6, fls. 3-4v.

⁶⁶ Correspondente à actual zona do Senhor do Além.

⁶⁷ Mário da Costa Roque refere que apesar da capacidade reduzida, estas duas camas permitiriam albergar entre 6 a 8 pessoas cada uma! ROQUE, 1979: 184.

⁶⁸ Muito por causa da insalubridade que a caracterizava. Um expressivo retrato dessa insalubridade é-nos fornecido por Maria Amélia Figueiredo: “ruas estreitas, sinuosas, irregulares, sombreadas pelos enormes beirais dos telhados, pelos numerosos alpendres colocados sobre as portas das habitações (...) as águas sujas e toda a espécie de lixo doméstico que se possa imaginar era lançado na via pública; os passeios eram raros, circulando pessoas e animais lado a lado nas vielas; (...) trabalhava-se geralmente, à porta ou mesmo no exterior, atulhando o espaço comum com todo o tipo de objectos, utensílios e desperdícios das diferentes artes. A esta imagem do Porto resta acrescentar a humidade que tornava as ruas escorregadias; a falta de sol e de luz davam-lhe um ar lúgubre. Em consequência de todos estes factores, a imundície era permanente.” FIGUEIREDO, 1996: 122. Este retrato é complementado por outro, traçado por Luís de Pina, que se refere ao rio da Vila como “o sumidoiro de toda a imundície cidadina, dos resíduos dos pelames às escorrências estercoreárias do casario e das latrinas de toda a espécie, das lamas dos lodos das ruas e ruelas do burgo, da lavagem das roupas, sepultura da bicharia canina e felina, que no Porto abundavam.” PINA, 1960: 74.

⁶⁹ Todavia, este procedimento obrigava a que os dejectos fossem armazenados dentro das casas que, não sendo arejadas, facilmente eram acometidas pela epidemia.

⁷⁰ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 3, fls. 45v-46. Este regimento data de 1412.

⁷¹ AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 183v-184.

se preocupassem bastante com as suas manifestações, cientes das suas trágicas consequências. A partir da análise deste conjunto de relatos, é possível verificar que a cidade, à mínima notícia, procurava proteger-se dos ataques epidémicos, nem sempre, porém, da melhor forma. Aliás, o conjunto de medidas tomadas revela algum desconhecimento face ao seu verdadeiro alcance, como foi o caso das quarentenas dos barcos, o taipamento, infrutífero, da rua do Olival, ou o encerrar das habitações dos pestosos, não sendo estas ventiladas. A prevenção foi, assim, uma prioridade das diferentes vereações que, com um saber de experiências feito, foram implementando determinadas formas de agir face à peste. Foi à Câmara que competiu a guarda da cidade e do seu termo, sendo essa vigilância posta em prática através das diferentes medidas analisadas, e que eram promulgadas quando a peste já havia passado a muralha ou dela andava perto, visando, também, a promoção da higiene e da salubridade pública do burgo.

Que difícil seria viver na cidade em tempos de peste. As actas de Vereação não nos transmitem os sentimentos do comum portuense, mas podemos tentar imaginar o ambiente na cidade, nas alturas em que esta esteve fechada ao exterior, com a peste do lado de lá da muralha, mais do que nunca, protecção simbólica, atenuadora de medos e pavores. O clima era, com certeza, intenso, até porque os poderosos, como vimos, fugiam ao mínimo sinal da epidemia. A cidade mercantil, do bulfcio ribeirinho, parava. “*Mas o Porto é d’estas cidades que subsistem, quando mais não seja, por necessidade topographica; da terra haurem, como Anteu, a força indestructivel. A labuta comercial sustinha-o de pé, vergado momentaneamente ao peso da calamidade, ressurgindo logo melhorado em gentes e cabedae.*”⁷²

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes primárias

Arquivo Histórico Municipal do Porto - *Livros de Vereação da Câmara Municipal do Porto*, lvs. 3, 4, 5 e 6.

2. Fontes impressas

FERREIRA, J. A. Pinto, 1980 – “*Vereações*” anos de 1401-1449: o segundo livro de Vereações do município do Porto existente no seu arquivo, Documentos e Memórias para a história do Porto, 40. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade.

MACHADO, João Alberto e DUARTE, Luís Miguel, 1985 – *Vereações: 1431-1432*, Documentos e Memórias para a história do Porto, 44. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, p. 22,23.

3. Bibliografia

FERRAMOSCA, Fabiano, 1998 – *O Porto medieval e o seu termo (segundo o Livro da Rua Nova)*, (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto.

FIGUEIREDO, Maria Amélia da Silva Alves dos Santos, 1996 – *A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o livro 6 das Vereações*, (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto.

GONÇALVES, Iria, 1987 – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto, Arquivo

⁷² Ricardo Jorge, referindo-se aos surtos de peste no Porto. JORGE, 1899: 101.

- Histórico Municipal do Porto, Documentos e Memórias para a história do Porto, 45. p. 85, 86.
- HILDESHEIMER, Françoise, 1993 – *Fleaux et société: de la Grande Peste au Choléra*. Paris: Hachette livre.
- JORGE, Ricardo, 1899 – *Demographia e Hygiene da cidade do Porto – I, clima, população, mortalidade*. Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara Municipal do Porto.
- LEMONS, Maximiano, 1899 – *História da Medicina em Portugal*. Lisboa: Manoel Gomes editor.
- LOURO, Laura de Jesus do Paço Viana, 1997 – *O Porto entre 1485 e 1488, segundo as Actas das Vereações*, (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1968 – *Introdução à história da agricultura em Portugal*. Lisboa: Edições Cosmos.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1974 – *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, dir., 1987 – *Nova História de Portugal*, “Portugal na crise dos séculos XIV e XV”, Volume IV. Lisboa: Editora Estampa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1997 – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- MOURA, Álvaro de Mendonça Machado de Araújo Gomes de, 1945 – *Alguns séculos de administração sanitária na cidade do Porto e no seu termo*. Separata do Boletim de Assistência Social.
- PERES, Damião, dir., 1952 – *História da cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora.
- PINA, Luís de, 1960 – *A Medicina portuense no século XV*. Porto: Centro de estudos humanísticos, Studium Generale.
- RAMOS, Carla Susana Barbas dos, 1997 – *A administração e as Vereações do Porto – 1500/1504*, (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto.
- RAU, Virgínia, 1986 – *Estudos de História medieval*. Lisboa: Editorial Presença.
- ROQUE, Mário da Costa, 1979 – *As pestes medievais europeias e o “Regimento proveytoso contra ha pestenença”*, Fontes Documentais Portuguesas, XII. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RUFFIÉ, J. e SOURNIA, J. C., 1993 – *Les épidémies dans l’histoire de l’homme*. Paris: Flammarion.
- SOUSA, Armindo de, 2000 – *Tempos medievais*. In “História do Porto”, dir. L. A. de Oliveira Ramos. Porto: Porto Editora, p. 115-253.